

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO JOGO POLÍTICO BRASILEIRO: UMA DISPUTA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Elaine Pereira DAROZ¹
Taísa PINHEIRO²

Resumo

Tomando em atenção à disputa de sentidos entre o público e o privado, que se marca na língua, buscamos uma melhor compreensão do modo como a mulher é significada nos dias atuais, tendo em vista a sua atuação no espaço público. Para uma melhor investigação sobre essa questão, propomos uma análise dos dizeres sobre a então Presidenta Dilma Rousseff postos em circulação pela mídia *online* no ano de 2016; bem como dizeres de candidatas nas eleições de 2018. Considerando que os dizeres se regularizam por meio de uma memória do dizer, aportamo-nos, nesse percurso, dos pressupostos teórico-analíticos da Análise do discurso de linha pecheutiana, tendo em vista que nos fornece maiores subsídios para compreendermos o imaginário de feminino discursivizado na política. Ao primarmos por uma abordagem discursiva neste trabalho, pensamos contribuir para uma desnaturalização desses sentidos que marginalizam a mulher na esfera social, com vistas a abertura para novas leituras possíveis acerca desta temática.

Palavras-chave: mulher; política; imaginário; Análise do discurso.

Abstract

Taking into account the dispute between the public and the private, which is marked in the language, we aim better understanding of the way women are signified in the present day, considering their performance in the public space. For a better investigation on this issue, we propose an analysis of the statements about the then President Dilma Rousseff put into circulation by online media in 2016; as well as the words of candidates in the 2018 elections. Considering that the words are regularized through a memory of saying, we come along the theoretical-analytical assumptions of Discourse Analysis (Pêcheux), considering that it gives us greater insights to understand the imaginary of discursivized women in politics. By striving for a discursive approach in this work, we intend to contribute to a denaturalization of these meanings that marginalize women in the social sphere, in order to open new possibilities of readings on this theme.

Keywords: woman; politics; imaginary; Discourse Analysis

¹ Universidade de São Paulo/FFCLRP. E-mail: lainedaroz@gmail.com

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. E-mail: ta_pinheiro@hotmail.com

Palavras iniciais

Quer no discurso religioso, na literatura e demais expressões artísticas dentre outros, a mulher na sociedade é discursivizada desde tempos remotos; dizeres estes frequentemente ancorados por uma memória do dizer, intrinsecamente ligado à posição que ela deve (ou não ocupar) na esfera social.

Historicamente, às mulheres couberam os afazeres domésticos, “naturalmente” destinados a ela. Localizado na esfera privada da sociedade, o trabalho doméstico é frequentemente relacionado ao cuidado e bem-estar familiar. No entanto, contrariamente a um lugar neutro, o ambiente familiar é permeado por relações de relação de poder, na qual a mulher é posta posição de submissão ao outro e, ainda, de anulação de si, em prol do cuidado e o bem-estar do outro. Nesta relação de trabalho, o cuidado é, segundo Delphy (1998), concebido como uma mão de obra não qualificada e voluntária, na medida em que as mulheres fazem, supostamente, a escolha de se enlaçarem com os seus cônjuges e com eles ter filhos. Consideramos que esses dizeres sobre (e para) a mulher se apoiam num imaginário de feminino ancorado à suposta fragilidade, beleza e sexualidade da mulher “naturalmente” disposta ao casamento, concebido como um ato de liberdade e voluntariedade feminina.

A faceta de naturalidade aparente do casamento da mulher com o lar precisou se ancorar em dizeres exaustivamente reiterados e cujas raízes se mostram bastante profundas. Segundo explicação de KEHL, o projeto de uma família nuclear, com roteiros – e destinos bastante delineados: pai, mãe, filhos é uma formação relativamente recente em termos históricos. O mundo ocidental pós revolução francesa inaugurou organizações sociais vigentes até os dias de hoje. Os homens, sempre encarados com universais, gozavam de destinos assegurados pela linhagem – patriarcal – pelo sobrenome e posição social sob a vigência da monarquia (KEHL, 2008, p. 34). Dizimada a nobreza e o regime monárquico a Europa tinha suas estruturas balanceada.

O homem moderno que ali surgia assistia ao advento das cidades, sentia o desenraizamento da lógica da nobreza em que o nome e o sangue lhe garantiam o destino, presenciava uma mobilidade social que desafiava o improvável, via o estabelecimento da burguesia como classe hegemônica, e, portanto, não raramente, experimentava sentimentos de profundo desamparo, instabilidade, insegurança.

A obrigação emanada da convivência com a multidão, tão diferente entre si, com as transações comerciais, sociais e políticas fazem surgir regras cada vez mais rígidas de conduta para fazer possível o compartilhamento desses espaços. As

convenções sociais dão uma nova cara ao espaço público diferente do que era, por exemplo, a Ágora para os homens gregos: a representação de um ambiente de troca de ideias, de participação política em uma democracia direta, enfim, de maior expressividade e articulação do homem cidadão – conceito também bastante restrito. Como reação a nova forma de organização social, a dualidade público e privada se tornaram cada vez mais acentuada, significando um o lugar das convenções e o outro de liberdade, respectivamente (KEHL, 2008, p. 43). Em outras palavras, se o público traz tensões pela dinâmica de forças que ali circula e nem sempre pode se expressar ou exercer determinações, poderes ali o ambiente que o recém surgido homem moderno poderia ter liberdade, espontaneidade e expressar seu poder seria no âmbito privado.

Esse espaço tão caro e tão essencial à realização do homem burguês moderno, para ser praticável e seguro, precisaria de uma estrutura que o mantivesse. E a ideia do casamento, aos moldes do que viveu em grande parte do ocidente no século XX, sustentado por ideais Românticos, pela dedicação ilimitada das mulheres a manutenção da casa e da prole, parece caber com exatidão ao projeto de civilização pós revolução francesa.

Um grandioso projeto, entretanto, não se realiza sem grande esforços e nem sem um alto preço. A mudança estrutural precisou de toda sorte de dizeres que pudessem, de alguma forma, sustentar, fazer atraente, e até despertar um profundo desejo por esse casamento nuclear burguês – que afinal representaria o casamento das mulheres com seus afazeres domésticos e criação dos herdeiros. O amor Romântico, que não exploraremos nessa oportunidade, como dissemos, sem dúvida, teve um papel bastante relevante, mas também outros “ espartilhos ideológicos” atuaram nesse processo.

Mitos relacionados à fragilidade, à incapacidade intelectual, a inaptidão para exercer cargos de chefia ou de grande responsabilidade – ratificados pela medicina, pela literatura, pelas diversas instituições que preferiam as mulheres docilizadas, ajudaram a cumprir trabalho de persuasão. As mulheres, portanto, além do desamparo, típico do espírito de sua época, deveriam também enfrentar outros engodos: era aconselhável ser dócil, recatada, amável. Qualidades que as faziam desejáveis para homens pois poderiam, imaginariamente, sustentar um casamento. Os efeitos dos dizeres nos corpos femininos, bem como o uso dos espartilhos, também limitavam os movimentos, causavam desconforto, pouca flexibilidade, além de desestimularem a articulação verbal ou expressão corporal nos espaços públicos, desacreditavam carreiras profissionais

especialmente de grande destaque, e finalmente faziam (fazem) crer as próprias mulheres na naturalidade de seus destinos.

A fragilidade das mulheres foi um forte argumento contra a profissionalização, contra a exposição das mulheres ao tumulto das ruas e à vida noturna, contra quase todos os esforços físicos, contra o abuso nos estudos, contra os excessos sexuais. “A mulher do XIX é uma eterna doente” [...] Yvone Knibiehler aponta a sobremortalidade das meninas, a partir dos cinco anos, em todos os países no período oitocentista. As causas, porém, confundem-se com as próprias “precauções” justificadas pela dita fragilidade feminina: uma vida menos sadia, alimentação insuficiente a pretexto de ser “mais leve” (a exclusão de carnes vermelhas na dieta das meninas era hábito corrente), falta de exercícios e ar puro – as meninas viviam trancadas em casa -, frequência baixíssima de banhos em nome do pudor (uma vez por mês depois do período menstrual, escreve a autora) – além de, muito frequentemente, uma negligência maior nos cuidados e uma acolhida bem menos calorosa, desde o nascimento. Tudo isso produziu uma mortalidade tão maior entre as meninas que o doutor Viery, em 1817, proclamou: “As raparigas são a parte mais delicada e mais doentia do gênero humano” (KEHL, 2008, p. 63-64).

Juteau & Laurin (1988), para quem o casamento também é uma das formas de apropriação privada das mulheres, ressaltam que o dever do cuidado uma das formas de sua alienação, marcando dependência da mulher em relação ao seu companheiro ou, podemos dizer, ao seu senhor. Nesse contexto, a obra de Beauvoir (1967), mais particularmente o Segundo sexo inaugura uma nova perspectiva para o feminismo no século XX. Em sua obra, Beauvoir critica argumentos biológicos que buscam justificar naturezas distintas na fisiologia do homem e da mulher para alcançar destinos diferentes, contrapondo-se aos essencialismos na qual a mulher é fruto de uma equação genética, e que relegam à mulher à submissão masculina. Por essa via, a autora (Beauvoir, 1967), ressignifica a posição da mulher na esfera social, contrariando a lógica hegemônica, herdeira de uma herança patriarcal.

Para Beauvoir, os homens são protagonistas da história e as mulheres, o seu segundo plano; é por meio das mulheres que se colocam num nível mais alto. Ainda para a autora, são os homens que detém a posse da mulher, transformada em objeto, pela apropriação que fazem dos meios de produção, o que significa, por consequência, apropriar-se da história e ter o poder de narrá-la, escolhendo quem dela participa ou não. No segundo volume de sua obra, no capítulo “A Moça” (p. 67), a autora afirma que a

mulher é preparada desde a infância para o casamento, ou para as relações matrimoniais; lugar de confinamento no qual a sua juventude [da moça] se consome na espera do homem e, assim, realizar-se sexualmente como amante e mãe como objetivo último para atingir a sua dignidade social, para adquirir o seu suposto reconhecimento, condição esta que contribui para os mitos matrimoniais de satisfação e felicidade plena, ratificando os esforços de persuasão impulsionados pelo homem moderno. Posição esta ainda legitimada por uma educação na conformidade, voltada a aceitar a sua inferioridade, que perpassa a esfera econômica e ressalta a desigualdade entre os sexos, da qual decorre a renúncia do Eu pelo Outro.

Ainda segundo a autora, são justamente os mitos sobre o corpo feminino, e o matrimônio, que configuram as desigualdades entre os gêneros, e sexos, que comprometem as vontades e as decisões das mulheres, ao passo que acentua o poder e a dominação masculinos, ou seja, foi necessário um grande e reiterado esforço ideológico para que um modelo estrutural se fixasse como “natural”. Não foi, como para olhares desavisados possa parecer, uma aceitação ingênua e passiva de uma postura ou de um destino. Foi necessário fazer hegemônico, normativo esse destino. Como podemos observar, é pelo discurso do matrimônio significado como a realização plena da e para a mulher que se perpetua uma apropriação individual da mulher no ambiente doméstico, que a renega, e a subjuga e a reduz.

Para Beauvoir (1970), a possibilidade de adquirir seu próprio sustento poderiam descolar as mulheres da lógica senhor-escravo que lhe era imposta no casamento, mas não só a independência econômica as tornaria de fato livres. É preciso sondar o simbólico que permeiam as relações bem como as sentimentos que os geram. Segundo o materialismo histórico, discutido pela autora, a própria divisão do trabalho e o domínio dos instrumentos e ferramentas tiveram importância fundamental na atribuição de papéis sociais desde as mais remotas sociedades e que, nesse momento na história em que o trabalho produtivo e no âmbito público destinava-se homem e o doméstico, anexo do primeiro, para mulher delimitando a ao privado, seria ele a chave para mudanças sociais expressivas e por libertar a mulher oprimida desde propriedade privada e pela força do capital (BEAUVOIR, 1970, p.74)

Para Engels a indústria moderna com suas inovações técnicas que possibilitaram a realização das mais diversas tarefas apertando um botão permitiam a superação da força muscular para o trabalho. O que além de descaracterizar o argumento de superioridade biológica masculina poderia, ainda segundo o materialismo

histórico, disseminar a igualdade entre os sexos, já que permitia requisitar o trabalho feminino. A emancipação feminina seria dada então na medida de sua participação na produção.

A autora ressalta que a leitura histórica de Engels, a partir do materialismo histórico, possa estar incompleta por não abranger aspectos subjetivos, simbólicos, em outras palavras, é necessário que para uma ideia (ex)ista condições e ferramentas para materializá-la, mas e quando questiono não sobre a concretização mas surgimento da ideia? Que mudanças foram necessárias para que um pensamento em especial lhe parecesse mais interessante ou destacado que outro? Como foi possível guiar essa ideia afim de exprimi-la? Descobrir-se criador, atuante em sua singularidade radical, pode ser mais importante do a criação em si.

É imprescindível acrescentar ao agente do materialismo histórico, um agente desejante que tenha a si próprio forjado como sujeito a partir do seu sentimento de autonomia não mais temer a natureza e então, superado o desamparo poder dominá-la. Ao superá-la, no entanto, algo se perde, algo de seu pertencimento original como natureza também, como ser indiferenciado e idealmente completo, o *mana*, o *totem*. E, tendo perdido algo, é com a ânsia de recuperar o objeto originalmente perdido que homem destacado da natureza se lança em suas empreitadas. Ao conquistar uma propriedade e torna-la privada, é um domínio com ânsia de reintegração de si que o sujeito pode impor. Há algo de ontológico em sua busca que passa despercebido aos olhos do materialismo histórico. (BEAUVOIR, 1970, p. 77)

Nem mesmo a menor força muscular da mulher soaria como incapacidade se não fosse apreendida sob um ponto de vista de conquista de uma soberania, nem divisão de trabalho implicaria a ruína de alguma das partes se feita de maneira amigável, tão pouco teria havido a escravidão se não houvesse, em princípio um projeto de expansão, enriquecimento e um desejo genuíno de exercer o poder. É preciso criar a cisão, dividir, criar um *Outro* que não só não corresponda ao eu, como, na grande maioria das vezes, assuma a posição de antagonista.

Por isso, não seria a abolição da família nuclear que vimos que, de pronto, como propunha Engels, que resolveria o problema da opressão feminina, nem mesmo a conquista de seu sustento ou o acesso fatídico ao mercado de trabalho que diluíram séculos de formações institucionais fundadas na cisão e na visão do feminino como um *Outro*, antagônico, isso porquê grande parte da “realidade social” se à nível de

circulação e preponderância de discursos e material simbólico. (BEAUVOIR,1970, p.77)

O acesso e a conquista do espaço público são exercícios constantes, a partir do momento que passam a significar também conquista e acesso ao discurso, a uma voz que possa contar a si mesmo e creditar sua história de, com sorte, musa semi-muda. É interessante que experimentemos uma reconfiguração da noção de trabalho, deixando de focar somente na produção de bens ou na possibilidade de emancipação econômica, para visualizá-lo sob a concepção de uma atividade política; isto é, trabalhar é transformar a sociedade (GUILLAUMIN, 1992 [1978]).

Ao afirmar, em seu livro, que “Ninguém nasce mulher, torna-se”, a autora coloca a mulher sob uma nova perspectiva na relação com o seu corpo e sua relação com o mundo, ressignificando, assim, fronteiras da política e sua imbricação entre o público e o privado nas relações sociais.

A teoria do eterno feminino ainda tem adeptos; cochicham: "Até na Rússia *elas* permanecem mulheres". Mas outras pessoas igualmente bem informadas — e por vezes as mesmas — suspiram: "A mulher se está perdendo, a mulher está perdida". Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam no mundo ou deveriam ocupar". "Onde estão as mulheres?", indagava há pouco uma revista intermitente . Mas antes de mais nada: que é uma mulher? "*Tota mulier in utero: é uma matriz*", diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres, os conhecedores declaram: "Não são mulheres", embora tenham um útero como as outras. Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade "corre perigo"; e exortam-nos: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres". Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta secretada pelos ovários? Ou estará congelada no fundo de um céu platônico? E bastará uma saia ruge-ruge para fazê-la descer à terra? (BEAUVOIR, 1970, p. 7)

Para a autora as naturalizações e normatizações do comportamento feminino inclusive usados sob pretextos médicos representa(ra)m perigosos instrumentos de opressão, em tom de ironia ela revela os engodos que as mulheres enfrentam com ditames patriarcais e caducos que desejosos de uma feminilidade imutável e sem furos só conseguem tornar perenes as próprias lamúrias.

Apesar das devidas críticas tecidas por Simone ao materialismo histórico e às lutas sociais e políticas de orientação Marxista, não devemos nos esquecer de que, assim como as reivindicações feministas a partir de 1930 na Europa nasceram no seio do movimento operário, no Brasil elas puderam se desenvolver no bojo dos movimentos de resistência ao Regime Militar implantado em 1964. Juntar – se a militância política foi um instrumento para sair da clandestinidade, fazer circular suas vozes.

Em um momento de arrefecimento do regime ditatorial brasileiro que já caminhava para seu fim, somado a efervescência cultural dos protestos de 1968, bem como uma revolução dos costumes no que diz respeito ao comportamento afetivo e sexual – a pílula anticoncepcional, o movimento dá a mulher o controle reprodutivo – é que a luta feminista em nosso país pode se apurar e impulsionar conquistas femininas no âmbito público as quais assistimos agora. (SARTI, 2004)

O mundo privado já não seria o mesmo ditado pelo projeto do homem moderno. As mudanças nas configurações familiares, na autoimagem, – devemos destacar também o recurso das terapias psicológicas e psicanalíticas – nos dizeres seria uma ferida narcísica no patriarcado. Nesse contexto, no Brasil dos anos de 1970, é que reverberará o livro “ O segundo sexo” – escrito em 1949, e sem dúvidas, a influência de Beauvoir, bem como a visibilidade dada pela ONU ao declarar 1975 o “ Ano internacional da mulher” estimularam a organização de grupos políticos de mulheres que puderam sair da clandestinidade e reivindicar suas pautas abertamente, como o caso do Brasil Mulher, Nós Mulheres, etc. (SARTI, 2004).

Esses acontecimentos possibilitaram conquistas femininas articuladas nas últimas décadas do século XX e de agora. Foi possível, na esfera pública, alcançar cargos e posições antes destinadas somente aos homens. No entanto as conquistas não foram absolutas e ainda pode-se observar diversos empecilhos e resistências enfrentados por mulheres que ousar desafiar a memória discursiva do “lugar de mulher”.

Ao pensar nos jogos de poder de que a língua é capaz (PÊCHEUX, 2004), empreendemos um gesto de leitura dos dizeres postos em circulação pela mídia *online* acerca das eleições presidenciais de 2014, na qual Dilma Rousseff pleiteou o posto presidencial; a fim de melhor compreendermos o imaginário de feminino discursivizado na política.

Da participação feminina no jogo político brasileiro: um imaginário de mulher

Como vimos, as transformações sociais contribuíram para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. A mulher, destinada ao ambiente privado – reclusa ao lar – passa, gradativamente, a ocupar o espaço público, obtendo um papel ativo na esfera social, em detrimento ao lugar de reclusão no ambiente doméstico a ela outrora destinado. Assim, a mulher foi (e ainda é) muitas vezes discursivizadas a partir do olhar do outro sobre si.

Segundo Pêcheux (1969), ninguém diz a partir do lugar do outro, antes, da imagem que o sujeito de si, do outro e do objeto do discurso, para a sua tomada de posição no discurso, intrinsecamente ligados aos lugares dos sujeitos discursivos no seio social. Assim, ao dizer sobre a mulher, o sujeito o diz a partir de um distanciamento, a partir de uma posição ideologicamente sobredeterminada, condizentes (ou não) com a ideologia vigente.

No Brasil, a participação política feminina vem avançando ao longo dos tempos, possibilitando à mulher galgar patamares nunca antes pensados no país. E, assim, rompendo o cerco de um ambiente desde então predominantemente masculino, que a Dilma Rousseff disputa às eleições presidenciais.

Ao ingressar na campanha das eleições de 2014 como candidata a presidente, Dilma Rousseff foi discursivizada de diferentes formas. Ao tornar-se presidenta, Dilma rompeu paradigmas, tornando-se a primeira mulher presidente da República em nosso país. No enfrentamento de situações difíceis diante de um quadro econômico em decadência, foi questionada muitas vezes acerca de sua parca experiência na política, visto que obtinha até então uma carreira sólida na economia do país; como também (mal)falada acerca de sua idade, do seu jeito algumas vezes pouco polido em determinadas situações de tensão, além de ironizada acerca de suas vestes, seu falar, seu porte físico. Julgada de uma suposta ingovernabilidade, em seu segundo mandato sofreu impeachment, diante de um golpe de seu vice, Michel Temer, um senhor idoso de aproximadamente 70 anos, figura notória da velha política em um partido tradicional, e marido de Marcela, aproximadamente 35 anos, significada então pela revista *Veja*, de grande circulação no país, como “bela, recatada e do lar” (LINHARES, 2016).

Compreendemos que esses discursos se regularizam no seio social a partir de uma memória do dizer sobre a mulher, tendo em vista um imaginário de feminino. Em confluência com os elementos linguísticos e extralinguísticos, empreendemos um gesto de análise acerca dos dizeres sobre Marcela Temer e Dilma Rousseff, trazendo a historicidade na e pela qual esses sentidos foram postos em circulação na mídia online.

No texto a seguir, apoiado pelas figuras 1 e 2, temos uma reportagem de um jornal de notoriedade – *El País Brasil* – em sua modalidade online, acerca do processo de retirada da então Presidente Dilma do poder. Embora a reportagem mencionasse a grave crise política no país, o que se coloca em destaque na matéria jornalística é “A fúria cômica das redes contra a bela, recatada e do lar”, como vemos a seguir:



Figura 1 – Posse de Dilma Rousseff, com Marcela Temer em evidência. Fonte: Jornal *O Globo*



Figura 2 – Meme: “bela, recatada e do bar”.

Uma enxurrada de *memes* surgiram com Marias, Joanas, Paulas, Rebecas e Zenaidas interpretando suas maneiras de ser “bela, recatada e do lar”. O tema virou *trending topic* no Twitter. Nas imagens, há mulheres de todas as idades trabalhando, cuidando da casa e dos filhos e muitas, muitas delas apenas curtindo a vida adoidado. Tudo parece ser uma resposta “ao bom comportamento” atribuído a Marcela no texto da revista, cujo marido, por causa disso, seria "um homem de sorte". A mulher com quem o presidente é casado há 13 anos não é ouvida na reportagem, mas sua irmã a descreve "como recatada", com roupas até o joelho e preferência por cores claras. [grifos nossos]³

Apesar de vivermos um período crítico no país, retirada da Presidenta Dilma, observamos na reportagem que mais que a atuação da presidenta na política e a sua suposta ingovernabilidade, as imagens colocam em jogo uma representação de mulher desejável em nossa sociedade.

³ MORAES, Camila. A fúria cômica das redes contra o “bela, recatada e ‘do lar’”. *El País Brasil*, São Paulo, 22 abr. 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461175399_885009.html>. Acesso em 2 dez. 2019.

Como podemos observar, embora Dilma Rousseff não seja dita na reportagem, ela aparece na imagem, em pose peculiar para uma presidenta da república, que porta em si inclusive, a faixa presidencial. Marcela Temer, por sua vez, se destaca ao lado de seu marido – vice-presidente – com vestes de princesa – laço e penteado; jovem e condizente com padrões de beleza, considerada bonita, e com o olhar fito no seu marido. Em pose frontal, ao lado de seu marido (na diagonal) é destaque na foto, embora seja a presidenta Dilma que detenha a faixa presidencial.

Observamos, ainda, nas imagens, que, apesar de trazer consigo a faixa presidencial, a então presidenta é flagrada de costas e, dita acima do peso para o ideal de feminilidade frequentemente discursivizado no país. A pensar nas condições de produção do discurso, compreendemos que os sentidos que se materializam nas imagens direcionam os sujeitos a um imaginário de mulher. Como Dilma Rousseff não corresponde aos padrões de beleza e feminilidade relativamente estáveis, a sua imagem direciona os sentidos para um fracasso da então presidenta não apenas como chefe de estado, mas como mulher – solitária – visto que surge sozinha na foto.

Para Davallon, “a imagem é utilizada em complementaridade ao enunciado linguístico para tornar presentes as qualidades e conduzir o leitor não só a se recordar, mas se posicionar em meio ao grupo social dos consumidores” (DAVALLON, 2010, p.28). Compreendemos, assim, que as imagens corroboram para a identificação do leitor acerca desse padrão de beleza desejado à mulher, ao tempo que rechaça o comportamento e vestes de Dilma Rousseff. A nosso pensar, o silenciamento acerca de Dilma Rousseff nos remete, ainda, a um apagamento do seu legado, de sua luta e de suas conquistas enquanto mulher e primeira presidenta do Brasil. Posição da repórter jornalística, legitimada pela instituição a que se filia esses dizeres/sentidos.

Em um movimento de abertura às mulheres na política brasileira, a campanha de 2018 se apresenta com uma arena de disputas políticas, na qual as mulheres tiveram uma participação considerável. Dentre as candidatas em campanha, chama-nos a atenção especial a candidata a deputada federal Daniela, no município de Belford Roxo-RJ, como poder observar na figura 3.



Figura 3 - Da disputa de sentidos: (n)o nome. Daniela “do Waguinho”

Em sua tomada de posição no cenário político brasileiro, chama-nos a atenção a sua nomeação em campanha: “Daniela do Waguinho”. Em uma leitura rápida e superficial, a posição discursiva de Daniela nos remeteria a uma estratégia política para ganhar a confiança de eleitores, visto que Waguinho, em questão, é o prefeito da cidade de Belford Roxo-RJ.

Um dos pressupostos da Análise do Discurso é o questionamento da transparência da linguagem e a obviedade dos sentidos. Isso porque, segundo Pêcheux (1999 [1983]), no arcabouço das discursividades (a serem) relativamente estabilizadas na esfera social, os discursos são estruturados por meio de uma memória do dizer, por meio de pré-construídos, já-ditos relativamente estabilizados no seio social, ou ainda por um atravessamento de sentidos.

Sob o efeito do pré-construído, a candidata Daniela se identifica a sentidos já-ditos anteriores) acerca da mulher contemporânea, que conhece e luta pelos seus direitos, sentindo-se imaginariamente apta a lutar pelos direitos dos cidadãos naquela formação social - um efeito de evidência como resultante da interpelação ideológica desde-sempre lá.

No entanto, ao enunciar-se “Daniela do Waguinho”, a candidata faz intervir sentidos outros ali inscritos que se marcam em seu discurso sob a forma de um discurso transversal. Por um atravessamento de sentidos, se presentifica no dizer da candidata sentidos relativamente estabilizados acerca da posição que a mulher deve ocupar no seio social. Posição esta que se marca também na formulação do seu dizer, ao destacar a sua experiência como assistente social, fazendo emergir os sentidos acerca da mulher zelosa da casa e cuidadora da família. Dessa forma, a candidata reproduz os sentidos

naturalizados no seio social, que nos diz sobre a posição ideologicamente sobredeterminada a ela no seio social: dona de casa, bem como o lugar a ela destinado, o ambiente doméstico.

Ao definir as bases da teoria do discurso, Pêcheux (1990 [1983]) afirma que cabe ao analista partir da base linguística para, então, ultrapassar a superficialidade da língua e fazer intervir os sentidos não-ditos, mas ali presentes, no discurso, tendo em vista não só a posição do sujeito ao enunciar, mas também as condições sócio-históricas-ideológicas em que os sujeitos estão envolvidos na (e para a) produção do discurso.

Ao enunciar-se “do Waguinho”, a candidata se posiciona no discurso em submissão ao seu marido, Waguinho, tendo-o como a sua condição de existência. No jogo de alteridade constitutivo da relação do sujeito com a língua e com o seu interlocutor – como condição constitutiva de significação do sujeito no mundo – observamos, ainda, uma reprodução dos sentidos relativamente estáveis no seio social acerca da apropriação do marido em relação à mulher.

Tomando em atenção as condições de produção do discurso, vale dizer que Waguinho ocupava a posição de prefeito da cidade de Belford Roxo, cujo governo contava com certa credibilidade para o povo. Consideramos que ao trazer a posição de seu marido para o jogo político, a candidata contava com o que nos parece uma estratégia política. No entanto, segundo Althusser (1970), é próprio da ideologia dissimular o seu funcionamento na linguagem que, pela via da naturalização, produz nos sujeitos um efeito de evidência dos sentidos.

Em consideração a um sujeito desde-sempre submisso à ideologia, pensamos que, em sua posição como candidata (a ser) eleita pelo povo, Daniela legitima tais sentidos na esfera social, co-operando para um movimento de de-subjetivação de si em relação ao outro, ou seja, do seu marido; sobretudo, da relação de submissão (e inferioridade, portanto) da mulher em relação ao homem.

Considerações Finais

Ao longo da história, à mulher foi destinado o ambiente doméstico, e nele o dever do cuidado da família. Embates históricos sobre os direitos das mulheres produziram seus efeitos ao longo dos tempos, garantindo-lhes o acesso ao espaço público, isto é, o direito ao voto, à propriedade e, ainda, a sua inserção no mundo do trabalho (BIROLI, F & MIGUEL, 2014). Apesar das lutas feministas terem aberto portas para uma reflexão crítica acerca das noções de igualdade, justiça e democracia,

na esfera social, observamos, ainda nos dias atuais, efeitos de sentidos postos em circulação na mídia acerca de uma aparente fragilidade da mulher. Compreendemos que tais dizeres corroboram para a reprodução de uma prática de dominação masculina, na qual a mulher é frequentemente estigmatizada.

Ao pensarmos sobre o funcionamento da ideologia nesses dizeres sobre a mulher, observamos que eles reproduzem um imaginário do feminino historicamente regularizado no seio social. Assim, ancorados na memória do dizer, tais dizeres se fundamentam em uma representação de sociedade, e uma idealização de mulher que ainda ressoa na atualidade.

A partir de nossas análises, compreendemos que o ambiente doméstico, frequentemente significado como lar, delimita os mitos e os encerra à mulher. Assim, contrariamente a um lugar neutro, o ambiente familiar é permeado por relações de relação de poder, na qual a mulher é posta posição de submissão ao outro e, ainda, de anulação de si, em prol do cuidado e o bem-estar do outro

Enquanto para o homem, o casamento é significado como a síntese de sua plenitude sexual no ambiente privado, e a sua realização profissional na esfera pública, tendo em vista o seu ofício, suas relações sociais extramuros, a mulher é tomada por uma amálgama de uma dupla relação, profissional-doméstica que, em sua grande parte, trabalham em serviços em regime *part-time*, que as possibilitam estar em casa um período para exercer a função historicamente determinada à mulher, mãe e cuidadora ou, em lares mais abastados economicamente, pagam outras mulheres para suprirem a sua ausência no ambiente privado.

Consideramos que essa relação muitas vezes conflituosa para a mulher entre o público e privado, aliada ao imaginário de feminino posto em circulação na mídia, são ferramentas poderosas para pensar as coerções materiais e ideológicas que direcionam as mulheres a ocuparem o seu lugar na sociedade, qual seja a reclusão do seu lar, devendo ser bela e recatada, sempre pronta para os cuidados da família e a satisfação masculina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: 1. Fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In.: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 2010.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

JUTEAU, D.; LAURIN, N. L'évolution des formes d'appropriation des femmes: des relieuses aux "mere porteuses". **Revue Canadienne de Sociologie et D'Anthropologie**, v. 25. n. 2, 1988, p. 183-207.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do Feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LINHARES, J. Marcella Temer: bela, recatada e do lar. **Veja**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em 19 fev 2017.

MORAES, C. A fúria cômica das redes contra o "bela, recatada e 'do lar'". **El País Brasil**, São Paulo, 22 abr. 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461175399_885009.html>. Acesso em 2 dez. 2019.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990 [1983].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora UNICAMP, 1997 [1975].

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999 [1983].

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004 [1981].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1969].

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, mai.-ago. 2004

Submetido em: 12/07/2019.

Aprovado em: 20/08/2020.

Como referenciar este artigo:

DAROZ, Elaine Pereira & PINHEIRO, Taísa. A participação feminina no jogo político brasileiro: uma disputa entre o público e o privado. **revista Linguagem**, São Carlos, v.36, jul./dez. 2020, p. 169-184.